



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Eixo temático: Serviço Social: fundamentos, formação e trabalho profissional

Sub-eixo: Formação profissional

A TEMÁTICA DA CULTURA NA FORMAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL EM MINAS GERAIS: APONTAMENTOS PRELIMINARES

FERNANDA CORRÊA ALMEIDA RODRIGUES PENIDO¹

LEONARDO NOGUEIRA ALVES²

RESUMO

Este artigo apresenta elementos preliminares de uma pesquisa sobre a cultura na formação em Serviço Social, realizada nas universidades públicas de Minas Gerais. A partir de uma análise documental, bibliográfica e da metodologia de estado da arte, evidencia o modo como o tema da cultura é tratado nos cursos de graduação, sinalizando a importância da temática para a profissão.

Palavras-chave: Cultura; Serviço Social; Formação profissional.

ABSTRACT

This article presents preliminary elements of research on culture in Social Work training, carried out at public universities in Minas Gerais. Based on a documentary, bibliographical and state-of-the-art methodology analysis, it highlights the way in which the topic of culture is treated in undergraduate courses, signaling the importance of the topic for the profession.

Keywords: Culture; Social Work; Minas Gerais; Professional qualification.

INTRODUÇÃO

A cultura expressa possibilidades de reflexão e construção de significados no interior de uma determinada formação social. Como uma dimensão fundamental da vida social, ela revela modos de ser e estar no mundo dos sujeitos sociais, sendo uma chave de análise da maior importância para que se compreenda os processos de produção e reprodução das relações

¹ Universidade Federal de Ouro Preto

² Universidade Federal de Ouro Preto



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

sociais. Essa breve caracterização indica que o devido tratamento da temática no processo de formação de assistentes sociais pode qualificar a apreensão dos/as profissionais da realidade social em que atuam, bem como, potencializar a intervenção profissional. Ciente destes desafios, este trabalho se insere num esforço de ampliação dos debates sobre a dimensão cultural na formação profissional, enfatizando que o estudo da cultura, em especial a partir das configurações particulares da formação social brasileira, vai ao encontro do acúmulo profissional quanto à formação, consolidado a partir da renovação da profissão.

Diante disso, o artigo em tela propõe apresentar o modo como o debate da cultura aparece no processo de formação de assistentes sociais nas universidades públicas de Minas Gerais. Serão apresentados elementos preliminares fruto de uma pesquisa de iniciação científica intitulada “Cultura e formação profissional em Serviço Social”, desenvolvida na Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), com financiamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Cabe salientar que esta pesquisa está em andamento, na fase de análise dos dados coletados por meio de três recursos metodológicos, a saber, a: a pesquisa documental, o estado da arte e pesquisa bibliográfica. A primeira desenvolveu-se a partir de um levantamento exploratório dos projetos pedagógicos dos cursos de Serviço Social das universidades públicas mineiras, bem como de outros documentos norteadores da formação profissional, como as Diretrizes Curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS). Quanto ao estado da arte, foi realizado um inventário de duas revistas acadêmicas vinculadas ao Serviço Social em Minas Gerais, a *Libertas*, da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) e a *Serviço Social em Perspectiva*, da Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES). Também foram incluídas no inventário duas revistas com ampla circulação nacional e que historicamente cumprem um papel decisivo na difusão da produção do conhecimento da área, a *Temporalis*, da ABEPSS e a *Serviço Social e Sociedade*, da Editora Cortez. Por fim, a pesquisa bibliográfica realizada de forma individual e coletiva, por meio da participação nos ciclos de estudos do Trem da História: grupo de pesquisa e extensão.

I. CULTURA E FORMAÇÃO SOCIAL BRASILEIRA

Para compreender a cultura sob a ótica marxista, é essencial realizar uma análise embasada na integração dos aspectos materiais, sociais e simbólicos que moldam a sociedade. Nesse sentido, a dimensão cultural, a partir do materialismo histórico dialético, não deve ser



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

compreendida de maneira isolada ou independente, mas sim como uma expressão das relações de produção³ e das condições materiais de existência⁴. Elas são definidas a partir da categoria “trabalho” que é responsável por compor o “modo de ser dos homens e da sociedade” (Netto; Braz, 2006, p.19).

Dessa forma, o trabalho vai além da simples interação entre o homem e a natureza, envolvendo também as relações entre as pessoas. Por isso, pode-se dizer que é através dessa categoria que o homem satisfaz suas necessidades (tanto as imediatas, quanto as mediatas) e, conseqüentemente, cria e recria as condições de sua própria vida de modo a estabelecer a base da existência social e, portanto, da cultura. Isso se deve ao fato de que a dimensão cultural, como colocado por Bezerra (2006), pode ser vista como desdobramento do trabalho, expressando a maneira como as pessoas produzem, reproduzem e transformam suas condições de vida, sendo uma esfera constitutiva do ser social, onde se manifesta tanto a unidade material quanto a diversidade humana.

Ademais, é na realidade objetiva, nas condições particulares da produção e da reprodução da vida social, que a cultura se manifesta. Essa realidade, pode ser melhor compreendida a partir da influência exercida pela dinâmica da sociedade civil⁵ e pelos embates políticos e ideológicos que nela ocorrem. Segundo Coutinho (2011), a sociedade civil ocupava uma posição intermediária no âmbito societário e emergia como um espaço onde se formavam ideologias, práticas culturais e opinião pública, com diferentes grupos sociais disputando o direcionamento da sociedade e a influência nas instituições do Estado Ampliado⁶. Nesse cenário, se fazia presente uma certa autonomia das organizações da sociedade civil, em relação ao Estado, que propiciava uma nova dinâmica na organização da cultura (COUTINHO, 2011), transformando-a em um campo de batalha que disputava a hegemonia política e ideológica. É importante enunciar que a organização da cultura consiste em um “sistema das instituições da sociedade civil cuja função dominante é a de concretizar o papel da cultura na reprodução ou na transformação da sociedade como um todo” (Coutinho, 2011, p.17). Assim, é certo dizer que o sistema de organização da

³ Consiste nas relações que estruturam o processo de produção na sociedade de modo a determinar a forma a qual as forças produtivas operam e interagem (NETTO; BRAZ, 2006).

⁴ Trata-se de condições materiais que possibilitam a sustentação da sociedade, em outras palavras a produção e reprodução da vida (NETTO; BRAZ, 2006).

⁵ Como colocado por Coutinho (1992), a sociedade civil em Gramsci, diferentemente de Marx, não se trata da estrutura, mas sim da superestrutura. Ela se trata de uma sociedade primitiva por não ser complexa, e sim uma espécie de matriz, de núcleo da vida social, onde tudo que tange a sociabilidade, surge; e gelatinosa por não se tratar de uma sociedade constante, sendo ela fluida e mutável.

⁶ A ideia de Estado Ampliado é duplo-dimensional, sendo constituída pela unificação da sociedade civil com a sociedade política (Estado Ampliado = Sociedade Civil + Sociedade Política) (COUTINHO, 1992).



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

cultura é atravessado pela luta de distintas camadas sociais, fundamentada por batalhas de ideias que destacam a cultura como um espaço de disputa, a qual não pode existir, de maneira autônoma e pluralista, sem uma extensa rede de organismos culturais (COUTINHO, 2011).

Feitas estas considerações sobre a compreensão da cultura, toma-se como referência para o debate os estudos sobre aspectos particulares da formação cultural brasileira. Ribeiro (2015) propõe uma perspectiva de análise calcada na dimensão étnica e, mais precisamente, no confronto entre as matrizes indígenas, portuguesas e africanas, que durante a colonização, confluíram para a formação do povo brasileiro, de modo a resultar no florescimento de uma cultura sincrética e singular, que caracteriza no Brasil a formação de um "povo novo". Por sua vez, Sodré (1980) enfatiza que esse processo fora efetuado de forma extremamente violenta através da aculturação⁷, onde ocorreu a subjugação de indígenas e africanos aos valores culturais europeus. Isso é retratado por Gruzinski (2001) ao afirmar que as mestiçagens⁸, responsáveis pela formação do "povo novo" (RIBEIRO, 2015), se consolidaram a partir de dois marcos ocorridos na América Latina durante o século XV, sendo o primeiro o "choque da conquista", referente à invasão portuguesa, e o segundo a ocidentalização, que diz respeito a transplantação cultural (SODRÉ, 1980).

É preciso destacar que a colonização, para os invasores, não se tratava de uma ação que se restringia ao simples povoamento ou troca de produtos nas terras invadidas. Tanto o processo de exterminação das demais culturas, quanto o de dominação se resumia na tentativa de controle dos povos originários para que os colonizadores tivessem lucratividade em suas empreitadas comerciais. Assim, consoante com a análise de Prado Jr. (2011), o verdadeiro sentido da colonização era estritamente econômico, tendo como único e principal objetivo o comércio "voltado para fora do país e sem atenção a considerações que não fossem o interesse daquele comércio" (Prado Jr, 2011, p.27), fazendo com que "tudo se disp[on]a[ria] naquele sentido: a estrutura, bem como as atividades do país" (Prado Jr. 2011, p.27) a partir da escravização da mão

⁷A aculturação se fundamentou a partir da "transplantação" de elementos que eram convenientes aos organismos metropolitanos portugueses, no organismo colonial (SODRÉ, 1961).

⁸ É importante ressaltar que segundo Gruzinski (2001), as mestiçagens não podem ser reduzidas a um fenômeno cultural sem que seja considerado seus laços com a conquista e a ocidentalização, e evidenciado a natureza desses laços. "Se nem todas as mestiçagens nascem necessariamente de uma de uma Conquista, as desencadeadas pela expansão colonial na América iniciam-se invariavelmente sobre os escombros de uma derrota" (Gruzinski, 2001, p.64).



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

de obra indígena e, posteriormente, africana, de modo que ocorresse a exploração de diversos produtos⁹ naturais do país.

Nesse cenário, o caráter econômico da colonização desencadeou transformações em toda a estrutura social, visto que o modo de produção português não fora transplantado (SODRÉ, 1980), assim como a dinâmica dos povos originários não fora preservada nesse processo. Isso implicou na formação de “um modo de produção de características novas, antes desconhecidas na história humana” (Gorender, 2016, p.88), o escravismo colonial. Ele surge como um produto específico do colonialismo no século XV, diferindo-se da ideia de que fora fundamentado a partir da “síntese dos modos de produção já existentes em Portugal e no Brasil” (Gorender, 2016, p.88).

Decerto, a dinâmica do escravismo colonial implicava na adaptação dos escravizados aos valores escravistas, de modo a produzir determinadas áreas de estabilidade no sistema (MOURA, 2014). No entanto, essa adaptação não representava uma aceitação passiva da condição de escravizado, ela era fundamentada a partir da absorção da ideologia do colonialismo¹⁰ que não só moldava as relações de poder e dominação, mas também impactava a cultura desse grupo. Moura (2014), ressalta que essa submissão cultural era extremamente violenta, em que os portugueses ocupavam a terra e subjogavam os habitantes, impedindo o desenvolvimento autônomo dessas culturas a partir de ferramentas de dominação das quais não era possível os escravizados lutarem. Dessa forma, a imposição dos valores portugueses sobre a população escravizada resultava na submissão às normas dos colonizadores e na supressão de suas próprias tradições culturais, onde muitos aspectos da cultura indígena e africana eram proibidos, desde línguas nativas até rituais religiosos. Esse processo refletia as tentativas de erradicação das identidades culturais dos escravizados que tinham o intuito de desumanizá-los e facilitar seu controle.

Contudo, esse cenário de violência desencadeou processos de resistência e ressignificação cultural onde muitos escravizados conseguiram preservar suas tradições de maneira escondida e adaptada. Segundo Ribeiro (2015), os indígenas, por exemplo, sempre que tinham oportunidade de conservar suas tradições, independentemente do grau de pressão

⁹ Dentre tais produtos deve-se enfatizar o ouro, principal elemento de Minas Gerais que se destacava, sendo “ele próprio, meio de circulação, dinheiro, que [...] circulou [...] incrementando as trocas, estimulando os mercados, permitindo um grau de mercantilização sem paralelo na colônia brasileira” (Paula, 2000, p.14).

¹⁰ “Por ideologia do colonialismo se entende, aqui, o conjunto de idéias e conceitos que, gerados e desenvolvidos com a expansão colonial das nações do ocidente europeu, pretendiam justificar a sua denominação sobre as áreas de que se haviam apossado em ultramar e que dominavam direta ou indiretamente, gerando-lhe os destinos, pela posse territorial, ou orientando-os ao sabor de seus interesses, pela supremacia econômica sobre eles ou as suas metrópoles.” (Sodré, 1961, p.133).



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

assimiladora que enfrentavam, eles conservavam, principalmente através do convívio. Assim, pode-se dizer que existe a possibilidade da esfera cultural ser reinventada, visto que ela constitui a identidade de um povo - um indivíduo que cresce em um meio cultural absorve os hábitos, costumes e valores do grupo em que vive ao longo do tempo. Todavia, é impossível que uma singularidade grupal e pessoal, desenvolvida e solidificada ao longo dos anos, desapareça completamente e de forma abrupta. A cultura portanto, se trata de uma categoria constitutiva do humano-genérico, sendo responsável por definir a identidade coletiva e individual de um povo, conectá-los como grupo, e transformar toda uma sociedade, em decorrência de sua capacidade de sintetizar as condições de existência, o social e o individual, simultaneamente.

Ao analisar esses processos culturais dentro do contexto colonial, é relevante considerar que "todos os grandes acontecimentos desta era [...] articulam-se num conjunto que não é senão um capítulo da história do comércio europeu" (Prado Jr., 2011, p.16). Nesse cenário, formava-se portanto, uma sociedade dependente e voltada ao saciamento das necessidades comerciais europeias, através do desenvolvimento de uma economia atada ao trio monocultura-escravismo-latifúndio (Prado Jr., 2011; Moura, 2014). Assim, o colonialismo brasileiro pode ser compreendido como um processo que colaborou com o desenvolvimento da acumulação primitiva de capital europeia, visto que a "descoberta das terras do ouro e da prata, na América, o extermínio, a escravização [...] a transformação da África em um cercado para a caça comercial às peles negras marcam a aurora da era de produção capitalista" (Marx, 1996, p.370).

Dessa forma, é possível concluir que a colonização portuguesa no Brasil contribuiu com o desenvolvimento e a consolidação capitalista na Europa. Quanto à realidade brasileira, promoveu-se uma inserção dependente no circuito da economia mundial. Nas palavras de Fernandes (2020), "embora organizada através de uma ordem legal e política controlada de dentro e para dentro, a economia brasileira produzia para fora e consumia para fora".

Nesta direção, deve-se considerar que a dependência econômica enfrentada pelo Brasil é amplamente atribuída à sua incorporação subordinada ao espaço econômico, cultural e político das nações capitalistas hegemônicas (FERNANDES,1973). Fernandes (1973) acrescenta que essa situação era decorrente da incapacidade estrutural dos países latino-americanos em resistir a esse processo de subordinação, decorrente do atraso¹¹ histórico enfrentado pela região em

¹¹ Um exemplo concreto desse atraso pode ser observado na infraestrutura e no desenvolvimento tecnológico das demais regiões. Enquanto países europeus desfrutavam de extensas redes ferroviárias e avanços tecnológicos já no século XIX, o Brasil e outros países latino-americanos enfrentavam sérias limitações nesses aspectos até o século XX. Essa defasagem estrutural dificultou os esforços desses países



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

relação aos países de capitalismo central. O ritmo acelerado de transformações, provenientes desse modo de produção, superava as potencialidades de desenvolvimento das nações latino-americanas (FERNANDES, 1973). Esse descompasso, entre as dinâmicas do capitalismo global e as condições históricas desses países, refletia na condição de dependência.

Portanto, “as alterações políticas condicionaram a reorganização da sociedade e da economia, inserindo as estruturas econômicas coloniais dentro de um mercado interno” (Fernandes, 2020, p. 115). Isso potencializou a formação de um Brasil cuja estrutura era embasada na ausência radical de uma ruptura com o estatuto colonial (FERNANDES, 2020), de modo a reafirmar a situação de dependência e constituir uma sociedade desigual definida por uma “particularidade” que caracteriza o país como um lugar de exclusão social, heteronômico, sem desenvolvimento de projetos de Nação e contra a emergência de agências portadoras de interesses coletivos na sociedade civil (NETTO, 2005).

O amadurecimento da sociedade capitalista provocou a emergência de novos parâmetros no âmbito da cultura. No campo das artes, por exemplo, ocorre uma prevalência dos produtos artísticos como expressão exclusiva do entretenimento e do lazer (FERNANDES; PRATES; 2016). A indústria cultural, controlada pelos interesses do capitalismo, desempenha um papel crucial nesse processo, promovendo uma simplificação e mercantilização das expressões culturais que, a serviço do mercado capitalista, oblitera sua relevância como importante expressão da vida humana.

No entanto, é de suma importância ressaltar que, apesar do processo de resignificação cultural ocasionado pelo amadurecimento da sociedade capitalista, a cultura, na perspectiva marxista, mantém sua importância como método de análise crítica da realidade. A capacidade de flexibilidade e adaptação a diferentes cenários permite que ela absorva diversas heranças históricas de uma sociedade. Ao estudar a cultura é possível compreender de maneira integral¹² as particularidades da sociedade brasileira. Assim, a análise cultural se revela não apenas como um método de investigação, mas também como uma ferramenta para a reflexão e práxis social.

Nesse contexto, a cultura se torna fundamental na formação profissional em Serviço Social, onde a compreensão crítica da realidade social passa ser indispensável para a atuação

em industrializar e modernizar suas economias, de modo a conservar sua dependência em relação aos países de capitalismo central.

¹² Integral, se refere ao âmbito sociedade e modo de produção que é embasado na definição de cultura como expressões da vida espiritual de uma sociedade, as quais surgem e evoluem em conformidade com o modo de produção dos bens materiais historicamente estabelecido (SODRÉ, 1980).



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

prática e teórica. Por isso, será apresentado a seguir, o modo o qual a cultura e a formação profissional em Serviço Social se relacionam, destacando a importância de uma formação que capacite os profissionais a interpretar e transformar a realidade social em que estão inseridos.

II. CULTURA E FORMAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

Inicialmente, é importante ressaltar que ao observar as alterações curriculares do Serviço Social, introduzidas pelas diretrizes gerais do curso em 1996, identifica-se uma inflexão positiva em relação ao papel do assistente social. Nesse momento, a formação passou a ser conduzida e definida, formalmente, através de um debate teórico-metodológico que partia de um ideário crítico no cotidiano profissional (ABEPSS, 1996). Dessa forma, os fundamentos da profissão se estruturaram e constituíram um novo perfil profissional que, conforme as contribuições de Lamamoto (2014), fosse capaz de compreender o processo de formação das diversas manifestações da questão social e desenvolver estratégias interventivas e investigativas para promover os direitos e a qualidade de vida dentro de novas formas de interação social.

Esse processo de amadurecimento da profissão, portanto, não apenas se tornou uma orientação premente para os assistentes sociais, mas também uma necessidade para lidar com os desafios emergentes. Isso refletiu no fortalecimento das competências históricas, teóricas e metodológicas do profissional, de modo a estabelecer uma “uma interlocução simultânea entre a história da sociedade e a história da cultura de uma época para elucidar o Serviço Social” (Lamamoto, 2014, p. 623). Assim, a adoção de uma concepção crítica da totalidade na atuação profissional corroborou com a moldagem de uma práxis embasada na compreensão do significado social da profissão e suas demandas no cenário da sociedade capitalista, permitindo que o trabalho do Assistente Social produza resultados tangíveis na vida dos usuários.

Assim, para que seja possível uma compreensão mais aprofundada do processo de inserção do tema da cultura no currículo do Serviço Social das universidades públicas de Minas Gerais, optou-se, após uma revisão bibliográfica, pela utilização da pesquisa de estado da arte e documental. A metodologia de estado da arte possibilitou uma sistematização do tema da cultura na produção acadêmica recente, delimitada entre os anos de 2013 e 2023, de modo a proporcionar um levantamento de dados mais detalhado. Já a pesquisa documental proporcionou uma análise dos projetos pedagógicos de todas as universidades mineiras, permitindo uma compreensão mais precisa das estratégias adotadas por essas instituições para abordar a cultura nas disciplinas oferecidas. A integração dessas duas técnicas, portanto, potencializou a



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

investigação e a análise do tema (ressalta-se que a pesquisa ainda está em andamento, portanto, os achados disponibilizados aqui ainda estão em análise).

No que tange a pesquisa de estado da arte, conforme Ferreira (2002), pode-se dizer que se trata de uma metodologia embasada no mapeamento e na discussão de uma determinada produção acadêmica que permeia distintos campos do conhecimento. O universo do estudo focou em duas revistas mineiras: *Libertas* e *Serviço Social em perspectiva*; e duas revistas nacionais: *Temporalis* e *Serviço Social e sociedade*. Nelas, ocorreu a busca por artigos através dos termos: cultura, culturas, culturais, questão cultural, questões culturais, arte, artístico e artísticos. Ao todo, foram identificadas 809 publicações nas revistas entre 2013 e 2023, dos quais apenas 13 abordavam o tema da cultura, representando 1,6% dos trabalhos mapeados.

Dentre os 13 artigos identificados, 05 (38,4%) exploraram a cultura em relação direta ao Serviço Social, abordando temas como atuação profissional, diretrizes curriculares, lutas sociais e militância. Já os outros 08 (61,5%) adotaram uma direção distinta, ampliando o debate para a cultura no cenário capitalista como por exemplo indústria cultural, cultura no capitalismo periférico e Estado e diversidade. Assim, pode-se dizer que esses dados destacam um positivo aprofundamento, da temática em questão, entre as publicações encontradas. Contudo, é de suma importância enfatizar que esses 13 artigos constituem apenas uma pequena fração (1,6%) dos 809 mapeados, fato que indica o parco tratamento da temática na produção acadêmica, em especial, nas principais revistas de circulação da área.

Outro ponto importante, diz respeito ao ano de criação das revistas, comparado com o número de publicações. Dos 13 trabalhos selecionados, a revista *Temporalis*, criada em 2000, teve a maior incidência de artigos postados que tratam o tema da cultura, totalizando 06 publicações (46,1%). Em seguida, tem-se a revista *Libertas*, criada em 2001, com 3 artigos publicados (23%). Entretanto, a revista *Serviço Social e Sociedade*, apesar de ser a mais antiga (de 1979), teve apenas 2 publicações acerca da cultura (15,3%), empatando com a revista *Serviço Social em Perspectiva*, que foi criada recentemente, em 2017. Esses dados sugerem que, embora a expectativa fosse de que as revistas mais antigas tivessem maior quantidade de publicações, isso não acontece de maneira tão clara.

Esse cenário se dá devido ao contexto socio-histórico da época. É certo dizer que desde o início da profissão, por volta de 1930, os fundamentos históricos, teóricos e metodológicos do Serviço Social enfrentaram diversas alterações dentre as quais a cultura não figurava entre as



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

principais preocupações do Serviço Social para uma possível investigação de modo a ceder espaço para outras temáticas emergentes no cenário político e social que se tornaram prioridades.

Ao longo das últimas décadas, o Serviço Social passou por um processo contínuo de ruptura com o conservadorismo e de atualização de suas práticas profissionais. Este movimento ganhou força a partir da década de 1960, onde o Brasil e diversos outros países da América Latina viveram sob a ditadura militar¹³ (1964-1985)¹⁴. Isso implicou na formação de um período marcado pela repressão política, censura e violação dos direitos humanos, de modo a limitar a intervenção profissional a partir da emergência de desafios significativos para o amadurecimento do Serviço Social:

A revista *Serviço Social & Sociedade* veio a público em 1979, em um contexto de grande efervescência social e política. O reaparecimento das lutas operárias no cenário político brasileiro, com as greves metalúrgicas no ABC paulista a partir de 1978, criou as bases para uma inflexão na luta contra a ditadura civil-militar. Era um momento de rearticulação dos movimentos populares sociais de creches, moradia e saúde nas periferias das grandes cidades quando “novos personagens entraram em cena”, [...] Momento de resistência política, de múltiplos embates, de lutas clandestinas, de retomada de entidades fechadas no período militar e de movimentos em que os trabalhadores enfrentavam a ditadura lutando contra a opressão e o arbítrio. Foi, portanto, nos marcos de ascensão da organização política dos trabalhadores e da luta da sociedade brasileira contra a ditadura que os(as) assistentes sociais se posicionaram coletivamente, por meio de suas entidades representativas, face ao contexto político, econômico e social do país, em uma conjuntura de acirramento político contra a ditadura civil-militar (Raichelis; Yazbek; Wanderley; Martinelli, 2019, p. 498 - 499).

Nesse cenário, as bases sociopolíticas do Serviço Social estavam vinculadas à resistência antiditatorial e aos movimentos sociais, contribuindo com o fortalecimento de uma perspectiva que buscava alinhar a prática profissional com a luta popular, de modo a haver uma crescente consciência da necessidade de transcender o assistencialismo e abordar as causas estruturais das expressões da questão social. Esse cenário corroborou com a realização, posterior, de um marco imprescindível para o Serviço Social: o Congresso da Virada, em 1979, responsável por contribuir com o processo de “politização da categoria profissional” (Mota; Rodrigues, 2020, p.200), isto é, a adoção de um direcionamento político crítico e esquerdista do Serviço Social,

¹³ Segundo Netto (2005), ela teve uma significação política em decorrência da derrota das forças populares democráticas e histórico-social, onde ocorreria a extinção da possibilidade de um desenvolvimento econômico-social e político que visava reverter a particularidade brasileira

¹⁴ Segundo Codato (2005), o período ditatorial brasileiro se consolidou a partir de 6 fases, em que a primeira se tratava da constituição do regime político ditatorial-militar (1964 -1969), a segunda da consolidação do regime ditatorial-militar (1969 - 1974), a terceira da transformação do regime ditatorial-militar (1974 -1979), a quarta da desagregação do regime ditatorial-militar (1979 - 1985), a quinta da transição, sob tutela militar, para o regime liberal-democrático (1985 - 1989), e a sexta da consolidação do regime liberal-democrático (1989).

visto que a profissão, desde seu surgimento, possui uma dimensão política que os profissionais exercitam em sua práxis de maneira consciente ou não (MOTA; RODRIGUES, 2020).

Nos anos seguintes, especialmente a partir dos anos 1980 e 1990, o Serviço Social aprofundou as conquistas da renovação da profissão, incorporando novas abordagens teóricas e metodológicas que enfatizavam a importância do comprometimento com a classe trabalhadora e uma atuação profissional crítica. Por isso, a profissão passou a buscar uma prática baseada em evidências e em intervenções que não apenas remetessem problemas individuais, mas também desafiassem as causas estruturais. Assim, pode-se dizer que “a geração da virada [...] pôde impulsionar, junto às novas gerações, a incorporação dessa nova cultura profissional crítica e moderna à base do projeto ético-político profissional do Serviço Social” (Mota; Rodrigues, 2020, p.203).

Portanto, o tema da cultura passou a receber mais atenção ao longo do desenvolvimento do Serviço Social, de modo a refletir não apenas as mudanças temporais, mas também as transformações ideológicas e práticas da área. Ela passou a ser mais discutida a partir da politização e consolidação da profissão resultando no aumento do número de publicações sobre a cultura, sendo 2017 o ano com maior incidência, com 05 artigos, seguido por 2023 com 04. Esses dados indicam que, embora a relevância da temática cultural ainda não seja amplamente reconhecida, há uma tendência crescente de interesse por esse tema no âmbito do Serviço Social.

No que tange a pesquisa documental, é importante enfatizar, inicialmente, que ela foi selecionada pelo fato desta parte da pesquisa se tratar de uma coleta de dados restrita a documentos que se enquadram como fontes primárias (MARCONI; LAKATOS, 2003). Esses documentos consistem na versão mais recente dos projetos pedagógicos do curso de Serviço Social de todas as universidades¹⁵ públicas mineiras, que totalizam 08 instituições, contendo 14

¹⁵ A pesquisa está sendo realizada nas oito instituições de ensino superior públicas que ofertam cursos de graduação em Serviço Social, sendo, seis federais e duas estaduais, a saber: Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Universidade Federal de Uberlândia (UFU), Universidade Estadual de Minas Gerais (UEMG), Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM), Universidade Federal do Vale do Jequitinhonha (UFVJM), Universidade Federal de Viçosa (UFV), Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES) e Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). É importante ressaltar contudo, que a Universidade Federal de Ouro Preto possui dois projetos pedagógicos em vigor, a versão de 2018, e a de 2022 que fora implementado recentemente, porém, como a pesquisa em tela diz respeito a versão mais atual dos projetos, o documento que está considerado, no caso da UFOP, se trata do de 2022.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

16 Nesses documentos, foram analisados, parcialmente, os itens: princípios da formação profissional, perfil do bacharel em Serviço Social, objetivos do curso, disciplinas e ementário: ementa, bibliografia, conteúdo programático, objetivos da disciplina, visando a compreensão da forma como os cursos de graduação inserem o tema da cultura.

Antes de mais nada é importante salientar que a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) desempenha um papel fundamental na orientação dos cursos de Serviço Social no Brasil, de modo a estabelecer diretrizes curriculares que garantem a qualidade e igualdade no que diz respeito à formação profissional. Como coloca a ABEPSS (1999), o perfil do bacharel em Serviço Social deve ser condizente com um:

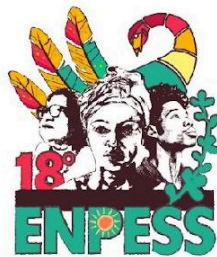
Profissional que atua nas expressões da questão social, formulando e implementando propostas para seu enfrentamento, por meio de políticas sociais públicas, empresariais, de organizações da sociedade civil e movimentos sociais. Profissional dotado de formação intelectual e cultural generalista crítica, competente em sua área de desempenho, com capacidade de inserção criativa e propositiva, no conjunto das relações sociais e no mercado de trabalho. Profissional comprometido com os valores e princípios norteadores do Código de Ética do Assistente Social (ABEPSS, 1999, p.1).

Para garantir que a formação profissional do bacharel em Serviço Social esteja alinhada com o perfil proposto pela ABEPSS (1999), é essencial que os cursos de graduação desenvolvam as competências e habilidades recomendadas pela associação. Um aspecto crucial dessas competências é a capacidade de analisar o movimento histórico da sociedade brasileira, considerando as particularidades do desenvolvimento do capitalismo no país (ABEPSS, 1999). Essa análise deve necessariamente “reconhecer as dimensões culturais, ético-políticas e ideológicas dos processos sociais, em seu movimento contraditório e elementos de superação” (ABEPSS, 1996, p. 10). Dessa forma, a cultura emerge como fator relevante no processo de incorporação dessas dimensões na formação dos Assistentes Sociais.

Nesse sentido, ao tomar como base o tópico “perfil do bacharel em Serviço Social”, verifica-se que dos 14 projetos pedagógicos estudados, 04 (28,5%) não mencionam a presença de uma formação cultural ao longo do curso, sendo eles o da UFU, UFTM e UEMG - Abaeté, aspecto que não vai ao encontro do acúmulo profissional expresso nas Diretrizes Curriculares de 1996,¹⁷.

¹⁶ Embora apenas 8 universidades públicas mineiras ofereçam a graduação em Serviço Social, há um total de 14 cursos na região, uma vez que a Universidade Estadual de Minas Gerais possui 7 cursos de Serviço Social.

¹⁷ “A formação profissional deve viabilizar uma capacitação teórico-metodológica e ético-política, como requisito fundamental para o exercício de atividades técnico-operativas, com vistas à apreensão crítica dos processos sociais numa perspectiva de totalidade; Análise do movimento histórico da sociedade brasileira,



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Ao aprofundar mais, tem-se as disciplinas, que em sua grande parte possuem o termo “cultura” na descrição (título, ementa e/ou conteúdo programático). Elas totalizam 27, onde 11 são obrigatórias, 10 eletivas e 06 optativas/facultativas. Contudo, dentre as 27 disciplinas, algumas como “Comunicação Social”, presente na UFJF, e “Formação Socio-Histórica do Brasil”, da UNIMONTES, abordam a temática da cultura de maneira lateral, tendo em vista que elas possuem outros objetivos teóricos. Já no que diz respeito às disciplinas mais recorrentes nas universidades, como pode ser visto na seguinte tabela, e enfocadas na temática cultural, se manifestam duas: “Subjetividade e Cultura”, em duas instituições e “Antropologia”, inserida em todas as universidades (seja como obrigatória ou eletiva).

Tabela 01 - Disciplinas obrigatórias, eletivas e optativas que abordam o tema da cultura nas universidades mineiras.

	Obrigatória	Eletiva	Optativa/ Facultativa
UFJF	-Comunicação Social /60h -Subjetividade e Cultura /60h	-Artes e ofícios dos saberes tradicionais /60h - Indivíduo, cultura e sociedade /60h -Introdução à antropologia /60h -Antropologia Brasileira /60h -Antropologia VI /60h	-----
UFOP	-----	-Antropologia Cultural /36h -Tópicos em Antropologia /72h -Cultura e Identidade Brasileira /72h -Cultura e Serviço Social /72h -Sociologia da Cultura /72h	-----
UFU	-Antropologia /60h	-----	-Cultura afro-brasileira /60h -História e cultura popular /60h -História, educação e cultura brasileira /60h
UEMG (Abaeté, Divinópolis, Cláudio)	-Antropologia /60h	-----	-Cultura, religião e diversidade étnica no Brasil /60h
UEMG (Barbacena,	-Antropologia /54h -Subjetividade e cultura	-----	-Tópicos de estudos especiais em cultura e

aprendendo as particularidades do desenvolvimento do capitalismo no país; Compreensão do significado social da profissão e de seu desenvolvimento sócio-histórico, nos cenários internacional e nacional, desvelando as possibilidades de ação contidas na realidade; Identificação das demandas presentes na sociedade, visando formular respostas profissionais para o enfrentamento da questão social, considerando as novas articulações entre o público e o privado” (ABEPSS, 1999, p.1).



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

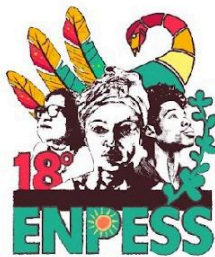
10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Poços de Caldas)	/36h		arteterapia /36h
UEMG (Carangola)	-Antropologia Social /36h	-----	-----
UEMG (Passos), UFTM	-Antropologia /30h	-----	-----
UFV	-Antropologia /60h	-----	-Comunicação e Cultura Digital /60h
UFVJM	-Antropologia Cultural e Serviço Social /60h	-----	-----
UNIMONTES	-Formação Sócio-Histórica do Brasil /72h -Antropologia /72h	-----	-----

A “Subjetividade e cultura” se trata de uma disciplina obrigatória, presente somente na UFJF e na UEMG (Barbacena e Poços de Caldas). Em ambas instituições a disciplina possui a mesma nomenclatura, aborda o mesmo conteúdo e utiliza algumas bibliografias básicas em comum como Antunes (2000), Bezerra (2006) e Coutinho (2000). Ela busca compreender como as dinâmicas culturais contemporâneas influenciam a construção das identidades individuais e coletivas, utilizando uma perspectiva crítica fundamentada no pensamento marxista.

Já a disciplina “Antropologia”, se manifesta como obrigatória nos projetos pedagógicos dos cursos da UEMG (Abaeté, Divinópolis, Cláudio, Barbacena, Poços de Caldas, Carangola e Passos), UFTM, UFVJM, UNIMONTES, UFV e UFU enquanto na UFJF e na UFOP ela é oferecida como disciplina eletiva. No entanto, ao contrário da disciplina "Subjetividade e Cultura", a Antropologia apresenta variações significativas em termos de nomenclatura, ementa e, conseqüentemente, bibliografia básica, entre as diferentes instituições. Ela possui 07 nomes distintos (Antropologia, Antropologia Cultural, Antropologia Social, Antropologia cultural e Serviço Social, Introdução a Antropologia, Tópicos em Antropologia e Antropologia brasileira), 13 ementas variadas que giram em torno da a interação dinâmica entre o material e o simbólico na formação das identidades sociais e da subjetividade, de modo a destacar os imaginários, representações sociais e expressões culturais de diferentes grupos sociais, com ênfase na diversidade regional brasileira (ABEPSS, 1999), e 15 variações de autores na bibliografia básica, sendo François Laplantine e Roque Laraia os mais recorrentes.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

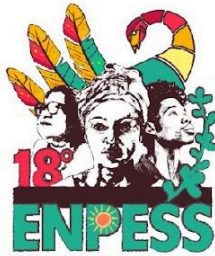
CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em suma, o estudo da cultura, especialmente com ênfase nas particularidades da formação social brasileira, é substancial na graduação em Serviço Social. Esse conhecimento permite o melhor desenvolvimento de um amplo leque teórico das disciplinas presentes no curso. A dimensão cultural permite que os assistentes sociais compreendam seu meio de atuação, adotem estratégias que qualifiquem sua intervenção e entendam como os usuários experienciam as expressões da questão social, evidenciando as formas de sentir e de resistir ao cenário de degradação do tecido social. Isso se comprova nas diretrizes curriculares do Serviço Social de 1996, que projeta um profissional capacitado para atuar e intervir nas expressões da questão social.

Portanto, é crucial que os profissionais se comprometam com um processo contínuo de aprofundamento nas raízes históricas, sociais e culturais do Brasil, visando um exercício desalienado e denunciativo. Esse compromisso inclui fortalecer movimentos, organizações e partidos para romper com o conservadorismo e contribuir para uma cultura profissional que desafie a hegemonia dominante (GUIMARÃES; MARQUES, 2019).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABEPSS. *Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social*. Rio de Janeiro, 1966.
- ABEPSS. *Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social*. Brasília, 1999.
- ANTUNES, R. Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação no trabalho. 2 ed. São Paulo: Boitempo, 2000.
- BEZERRA, C. S. *Globalização e Cultura: caminhos e descaminhos para o nacional-popular na era da globalização*. Rio de Janeiro: Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2006.
- CODATO, A. N. *Uma história política da transição brasileira: da ditadura militar à democracia*. Revista de Sociologia e Política, Curitiba, 2005.
- COUTINHO, C. N. *Cultura e Sociedade no Brasil*. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.
- COUTINHO, C. N. *Cultura e sociedade no Brasil: ensaios sobre ideias e formas*. São Paulo: Expressão Popular, 2011.
- COUTINHO, C. N. *Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político*. Rio de Janeiro: Campus Ltda, 1992.
- FERNANDES, F. O desencadeamento histórico da revolução burguesa. In: *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. São Paulo/Curitiba: Contracorrente/ Kotter, 2020.
- FERNANDES, F. Padrões de dominação externa na América Latina. In: *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina*. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.
- FERREIRA, N. S. A. *As pesquisas denominadas “estado da arte”*. Educação & Sociedade, 2002.
- FERNANDES, I.; PRATES, J. C. (organizadoras). *Diversidade e estética em Marx e Engels*.
- SCHERER, G. A. In: *Entre cores, tons, sons e cenários: o papel da arte como uma dimensão da vida humana no enfrentamento ao pensamento fetichizado*. São Paulo: Papel Social, 2016.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

- GORENDER, J. Categorias fundamentais. In: *O escravismo colonial*. São Paulo: Expressão Popular/Perseu Abramo, 2016.
- GRUZINSKI, S. O pensamento mestiço. In: *O choque da conquista*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- GUIMARÃES, M. C. R.; MARQUES, M. G. *Movimentos sociais e Serviço Social: uma análise das publicações sobre o tema*. Temporáris, Brasília (DF), 2019.
- IAMAMOTO, M. *A formação acadêmico-profissional no Serviço Social Brasileiro*. Serviço Social e Sociedade, n. 120. São Paulo, 2014
- MARCONI, M. A.; LAKATOS, E.M. *Fundamentos de metodologia científica*. São Paulo: Atlas S. A., 2003.
- MARX, K. *O capital: crítica da economia política - livro primeiro*. O processo de produção do capital. Tomo 2, capítulos XIII a XXV. São Paulo: Nova Cultural Ltda, 1996.
- MOTA, A. E.; RODRIGUES, M. *Legado do Congresso da Virada em tempos de conservadorismo reacionário*. Florianópolis, 2020.
- MOURA, Clóvis. *Rebeliões da senzala: quilombos, insurreições, guerrilhas*. São Paulo: Anita Garibaldi/Fundação Maurício Grabois, 2014.
- MOURA, C. População, miscigenação, identidade étnica e racismo. In: *Dialética radical do Brasil negro*. São Paulo: Anita Garibaldi/Fundação Maurício Grabois, 2014.
- NETTO, J.P. Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós 64. São Paulo: Cortez, 2005.
- NETTO, J. P; BRAZ, M. *Economia política: uma introdução crítica*. São Paulo: Cortez, 2006.
- PAULA, J. A. de. *Raízes da Modernidade em Minas Gerais*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.
- PRADO JR., C. *O sentido da colonização*. In: *Formação do Brasil contemporâneo: colônia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- RAICHELIS, R.; YAZBEK, M.C; WANDERLEY, M. B.; MARTINELLI, M. L. *Revista Serviço Social & Sociedade: 40 anos contribuindo para o pensamento crítico do Serviço Social brasileiro*. São Paulo: Serviço Social e Sociedade, 2019.
- RIBEIRO, D. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Global, 2015
- SODRÉ, N. W. *A ideologia do colonialismo: seus reflexos no pensamento brasileiro*. Rio de Janeiro: Instituto Superior de Estudos Brasileiros, 1961.
- SODRÉ, N. W. *Síntese de história da cultura brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.